

Contenção ou sucateamento

MÁRIO AMATO

Finalmente, surge a esperança de que uma das mais perversas distorções causadas pelo excessivo grau de estatização, o gasto público irresponsável e descontrolado, comece a ser encarada pelo governo federal. Primeiras medidas visando à sua contenção foram objeto de decretos do presidente José Sarney, referendados pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico. E no Plano de Controle Macroeconômico, do ministro Bresser Pereira, vemos, embora de maneira ainda um tanto dúbia, porque de mistura com a ameaça de novo agravamento da carga tributária, a referência essencial à necessidade do disciplinamento dos gastos públicos improdutivos e de recuperar a capacidade de poupança do setor público.

E que propõe o Plano? Isto: "reduzir o déficit é uma questão de aumentar as receitas e/ou comprimir os dispêndios".

E realmente de causar espécie esse "aumentar as receitas e/ou comprimir os dispêndios".

Significa que o governo, mesmo com a consciência que parece ter adquirido da imperiosidade de se conter o déficit, ainda prioriza a receita via tributação e aumento das tarifas, colocando apenas em seqüência o corte no custeio público.

Temos, entretanto, apesar das ressalvas, um fato auspicioso: o governo federal acordou para a necessidade de controlar seus gastos, discipliná-lo e tapar os rombos orçamentários da administração direta e da indútria (empresas estatais, autarquias e toda a constelação de órgãos e entidades públicas até hoje com metas e gestão financeira fora de controle, o que resulta numa acumulação de prejuízos através dos anos).

Mas precisam ser comprovadas a vontade e a capacidade para executar as intenções disciplinadoras e, no caso, moralizantes.

Tanto o presidente da República quanto o seu ministro da Fazenda tiveram a hombridade de reco-

nhecer é proclamar publicamente o plano inclinado em que estava posta a sociedade brasileira: caminhar para terminar este exercício com déficit público atingindo 6,2% do PIB, correspondendo a 19 bilhões de dólares, ou seja, quase 17 por cento da nossa dívida externa. Um rombo duas vezes superior ao registrado no ano passado.

Como pretender um desenvolvimento sustentado com esses dados resultantes de inflação desbragada, com recessão e desemprego, antevisão de impasse político e caos social?

A manutenção de um quadro de crescimento é fundamental para manter a estabilidade política, social e econômica no País.

Mas há dois anos a indústria brasileira não consegue investir.

A verdade é que nestes últimos anos os investimentos têm se concentrado em "investimentos marginais", não se observando na proporção devida os destinados à construção ou expansão de grande plantas. Ao mesmo tempo, em vez do ingresso essencial de novos recursos do capital de risco estrangeiro, constatamos a sua ausência e, pior, a fuga de grande parte dos que aqui estavam aplicados, alguns já de tradição centenária.

Isso, representa uma sangria, com risco iminente de perda de qualidade e de competitividade ainda mais porque capital estrangeiro traz com ele aporte de tecnologia nova. Em outras palavras, ingressamos na fase da obsolescência cuja consequência será o sucateamento.

O custo do déficit público tem provocado um impacto negativo sobre a inflação e a taxa de juros. A distorção atual implica esbanjamento de recursos que deveriam ser aplicados em atividades produtivas, beneficiando toda a sociedade e não apenas algumas centenas de milhares de marajás.

É hora de rompermos a tradição cartorial. Não se trata de propor a dispensa indiscriminada de pessoal. Aguardamos, isto sim, uma política que revalorize a função pú-

blica e reabilite o seu funcionalismo, estabelecendo a eficiência e a probidade. Mas essa reversão terá que partir do próprio funcionário. A ele cabe disparar o processo saneador e levá-lo às últimas consequências, impondo regras de conduta que preservem a sua dignidade funcional, a partir da moralização no ingresso à carreira.

É hora, também, de quebrar o monopólio do Executivo sobre as matérias ligadas a orçamentos e finanças. A vigilância institucional precisa ser restabelecida através da Câmara, do Senado, dos Tribunais de Contas, Assembléias Legislativas e Câmaras de Vereadores, nos Estados e municípios, exercendo formas vigorosas de contenção de excessos e desvios do Poder, entrando não só na parte formal, mas no próprio mérito quanto à legalidade, necessidade e viabilidade dos programas e gastos.

Essa tarefa fiscalizadora e normativa — com profundos efeitos educativos — é imprescindível ao fortalecimento democrático, pela participação da sociedade, num sistema de vigilância construtiva visando à limitação do Poder, e dando respaldo político ao governo nesta sua proposta moralizadora.

Se minhas palavras têm sido de crítica, não deixam de ser, também, de esperança. Isso porque ou se acredita ou não se acredita nos homens.

Há fortes razões para se cultivar uma expectativa positiva. Já estão os decretos moralizadores do presidente Sarney, e o Plano de Consistência Macroeconômica, lançado pelo Ministério da Fazenda, primeiros passos para uma verdadeira disciplina dos gastos com dinheiro público.

A meta é louvável, está ainda no papel, mas esperamos, firmemente, que ela seja alcançada não pelo aumento de receitas, via novo gravame tributário, mas pela compressão de despesas. Se isso ocorrer de fato, nós, da indústria, acreditamos numa reversão positiva do quadro que aí está.

Mário Amato é presidente da Fiesp/Ciesp